

Levantamento e caracterização dos Bancos de Dentes Humanos no estado da Paraíba

Survey and characterization of Human Tooth Banks in the State of Paraíba

Edmundo Junio Rodrigues De Almeida¹

Quezia Nunes De Lima¹

Nívea De Vasconcelos Carneiro²

Raissa Floriano Paiva²

Raquel Venâncio Fernandes Dantas³

Sônia Saeger Meireles³

Ana Karina Maciel De Andrade³

Josiane Aparecida De Souza Alemán⁴

Renally Bezerra Wanderley Lima⁵

Hugo Ramalho Sarmento⁶

Dayane Franco Barros Mangueira Leite⁶

Resumo

Os Bancos de Dentes Humanos (BDHs) foram criados com a finalidade de receber, limpar, armazenar e emprestar dentes, respeitando as questões éticas e legais, para suprir a necessidade dos alunos nas Universidades e evitar o mercantilismo destes elementos. Objetivo: Realizar um levantamento e caracterização dos BDHs existentes nas faculdades de Odontologia, tanto públicas quanto privadas, no Estado da Paraíba. Método: Foi realizado, na modalidade online, um levantamento das Instituições de Ensino Superior (IES) com graduação em Odontologia. Utilizou-se um questionário previamente validado em estudo piloto que foi enviado para os coordenadores do curso de Odontologia das IES e/ou coordenador do BDHs para a coleta dos dados sobre a existência, funcionamento e condições éticas e legais dos BDHs. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva. Resultados: No estado da Paraíba, há 18 IES que oferecem o curso de Odontologia, 13 responderam ao questionário eletrônico, no período de março a maio de 2024. Conclusão: Quatro instituições apresentam um BDH, totalizando 30,8% da amostra. Três utilizam os dentes para ensino, pesquisa e extensão. Três instituições têm aprovação do Comitê de ética em Pesquisa e uma da CONEP, e todas utilizam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta dos dentes é feita por parcerias com clínicas odontológicas, cirurgiões-dentistas, doações voluntárias, hospitais, Unidades Básicas em Saúde, clínicas da própria instituição e com a colaboração de alunos e extensionistas.

Palavras-chave: Odontologia; Obtenção de Tecidos e Órgãos; Dente.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5335/rfo.v30i1.16132>

1. Acadêmicos de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-Paraíba-Brasil.

2. Cirurgiões-dentistas pelo UNIESP Centro Universitário. João Pessoa-Paraíba-Brasil.

3. Doutoradas em Dentística. Curso de Odontologia. Professora do Departamento de Odontologia Restauradora da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-Paraíba-Brasil.

4. Mestre em Ciências Odontológicas. Curso de Odontologia. Técnica-administrativa do Banco de Dentes Humanos da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-Paraíba-Brasil.

5. Doutora em Materiais Dentários. Curso de Odontologia. Professora do Departamento de Odontologia Restauradora da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-Paraíba-Brasil.

6. Doutores em Odontologia. Curso de Odontologia. Professores do Departamento de Odontologia Restauradora da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-Paraíba-Brasil.

Introdução

A retirada de partes do corpo humano ou órgãos está sujeita às legislações vigentes, configurando crime a ação de retirar, armazenar, transportar ou distribuir órgãos de indivíduos vivos ou cadáveres em desacordo com estas leis. Os dentes são considerados órgãos humanos. Portanto, este material biológico, quando destinado à pesquisa, deve ser coletado e armazenado em biobancos institucionalizados, regulamentados pelo comitê de ética institucional, além de necessitar da aprovação final pela CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).¹ O dente humano é um recurso valioso para o ensino e a didática nas aulas do curso de Odontologia, sendo cruciais para o contato prático dos alunos nas disciplinas pré-clínicas. Além de servirem como ferramenta de ensino, os dentes extraídos também podem ser utilizados como objeto de pesquisa, devido às características físico-químicas e morfológicas, contribuindo para novas descobertas na área odontológica.²

Os Bancos de Dentes Humanos (BDHs) foram criados com a finalidade de receber, limpar, armazenar e emprestar dentes, respeitando as questões éticas e legais, para suprir a necessidade dos alunos nas Universidades e evitar o mercantilismo desses elementos. Dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), devido à alta demanda de uso, os dentes, em alguns casos, são comercializados ilegalmente, caracterizando um tráfico ilegal e desvalorizando a importância desse elemento na saúde humana.³ No Brasil, a primeira ideia de um BDH surgiu por volta de 1981, com a criação do método de colagem em dentes anteriores, onde a seleção de um dente para restabelecer uma fratura coronária foi feita através de um BDH.⁴ Antes dos anos 90, uma grande quantidade de dentes extraídos era descartada ou guardada em coleções particulares por cirurgiões-dentistas. Desta forma, não havia material dentário com origens definidas e documentadas para uso em atividades didáticas e de pesquisa na Odontologia.⁵

Portanto, os BDHs são fundamentais no combate ao comércio ilegal de dentes, uma prática que também envolve questões de biossegurança, uma vez que estes são considerados órgãos e podem conter material biológico.⁶ Além disso, os BDHs desempenham um papel significativo na Odontologia ao fornecer uma base sólida fundamentada em evidências científicas, e contribuem diretamente para o ensino e

pesquisa de estudantes de graduação e pós-graduação em Odontologia.^{7,8} Diante deste contexto, o objetivo deste estudo foi fazer um levantamento e caracterização dos BDHs existentes nas faculdades de Odontologia, tanto públicas quanto privadas do Estado da Paraíba.

Materiais e métodos

1. Aspectos éticos ou Considerações bioéticas

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS (CAAE: 75679823.7.0000.5188). Seguiu os princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, buscando não expor os participantes a riscos desnecessários e garantindo o sigilo, confidencialidade e privacidade. Houve o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que expressou a autorização e voluntariedade em colaborar com a presente pesquisa, sendo livre a recusa ou a desistência em qualquer fase do estudo sem que ocorresse nenhum prejuízo ou penalização ao participante.

2. Tipo de pesquisa

Em função da grande relevância que o tema possui no campo da Bioética, bem como a falta de reconhecimento entre os profissionais de saúde, incluindo nesta categoria, os cirurgiões-dentistas, foi realizado um levantamento quantitativo de natureza descritiva, seguindo um desenho de estudo transversal.⁹

3. Local de pesquisa

O levantamento foi realizado de forma online, contendo as IES com graduação em Odontologia como instrumento de coleta e análise de dados.

4. Amostra de participantes

O processo de seleção da amostra teve início com o levantamento de todos os cursos de Odontologia da Paraíba, utilizando como base a lista fornecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 2023. Esta pesquisa foi realizada de forma eletrônica, acessando o cadastro das Instituições de Ensino Superior (INEP), em ordem alfabética, por meio do site www.mec.gov.br. Posteriormente, utilizou-se como parâmetro o levantamento de dados disponíveis no site do Conselho Nacional de Saúde, que abrange informações sobre os Biobancos destinados à pesquisa aprovados pelo sistema CEP/CONEP.¹⁰

5. Critérios de Inclusão e Exclusão

Neste estudo, foram incluídas todas as IES públicas e privadas do Estado da Paraíba que possuísem o curso de graduação em Odontologia. No entanto, foram excluídas as IES que não apresentassem o curso de Odontologia dentre as graduações ofertadas, bem como aquelas que não responderam ao questionário enviado dentro do prazo estabelecido.

6. Recrutamento e instrumentos de coleta

Utilizou-se um questionário contendo 29 perguntas, previamente validado em estudo piloto. Os tipos de questões para a coleta dos dados abordaram: existência ou não de BDHs, funcionamento, condições éticas e legais, dados sobre a procedência, captação, orientações, limpeza, armazenamento e finalidade de uso dos dentes. O questionário foi enviado para os coordenadores do curso de Odontologia das IES e/ou coordenador do BDH.

7. Riscos e Benefícios

Este estudo não apresentou riscos previsíveis de exposição do sujeito da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo, confidencialidade e privacidade. A pesquisa foi efetuada por meio de um formulário eletrônico, ocorrendo um aumento do risco de viés, pelo fato do recebimento e resolução do questionário acontecer através de um sistema virtual. Este estudo destacou-se como um questionário estruturado, sendo benéfico

para os participantes em relação à economia do tempo e, consequentemente, a facilidade das respostas via web.

8. Armazenamento dos dados coletados

Os dados obtidos através do formulário eletrônico foram inseridos num banco de dados. Foi construída uma tabela com a finalidade de armazenamento e organização das variáveis, assim como a introdução dos dados coletados em gráficos, conferindo uma alta visibilidade e confidencialidade dos resultados adquiridos.

9. Análise e interpretação dos dados

A partir do levantamento inicial, a análise dos dados obtidos foi realizada de forma descritiva com a construção de tabelas e figuras.

Resultados

O Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) destaca que, no estado da Paraíba, há 18 IES que oferecem o curso de Odontologia.¹¹ Dentre estas instituições, 13 responderam ao questionário eletrônico, no período de março a maio de 2024. Conforme demonstrado no Mapa 1, quatro instituições — Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), Centro Universitário de Patos (UNIFIP) e Escola de Ensino Superior Agreste Paraibano (EESAP) — possuem um BDH, totalizando 30,8% da amostra. Entretanto, nove (69,2%) instituições respondentes indicaram não possuir este recurso no estado da Paraíba.



Figura 1- Mapa do Estado da Paraíba indicando as cidades que possuem IES com BDH.*= Indica o número de instituições ou BDH presente na cidade. Fonte: Autoria própria.

Em relação aos aspectos éticos e legais, observou-se que a maioria dos BDH (75%) possui a aprovação do CEP Institucional. De acordo com a consulta realizada no dia 03 de julho de 2024, no site da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), apenas o BDH da UFPB foi aprovado.¹⁰

Ao analisar os dados, verifica-se que todas as Universidades possuem projetos de extensão que impulsionam as atividades relacionadas ao BDH. Além disso, quando questionados sobre a divulgação destas atividades, 75% relataram usar frequentemente as redes sociais, enquanto 25% optam por divulgação por meio de cartazes, palestras e folders.

Referente à procedência dos elementos dentários, as IES realizam a coleta por meio de parcerias com clínicas odontológicas, iniciativas de cirurgiões-dentistas, doações voluntárias, hospitais, prefeituras/Unidades Básicas de Saúde (UBS) e clínicas da própria instituição, juntamente com a colaboração de alunos de graduação e extensionistas, que facilitam o processo de coleta, armazenamento e manejo dos elementos dentários.

Acerca das instruções relativas ao armazenamento e à biossegurança, analisou-se que todas as instituições fornecem orientações aos colaboradores. O TCLE é aplicado por todas as instituições, com variações na abordagem conforme o momento do atendimento. A figura 2 apresenta os dados referentes à procedência, captação, orientações, limpeza, armazenamento e finalidade de uso dos elementos dentários de acordo com cada IES analisada.

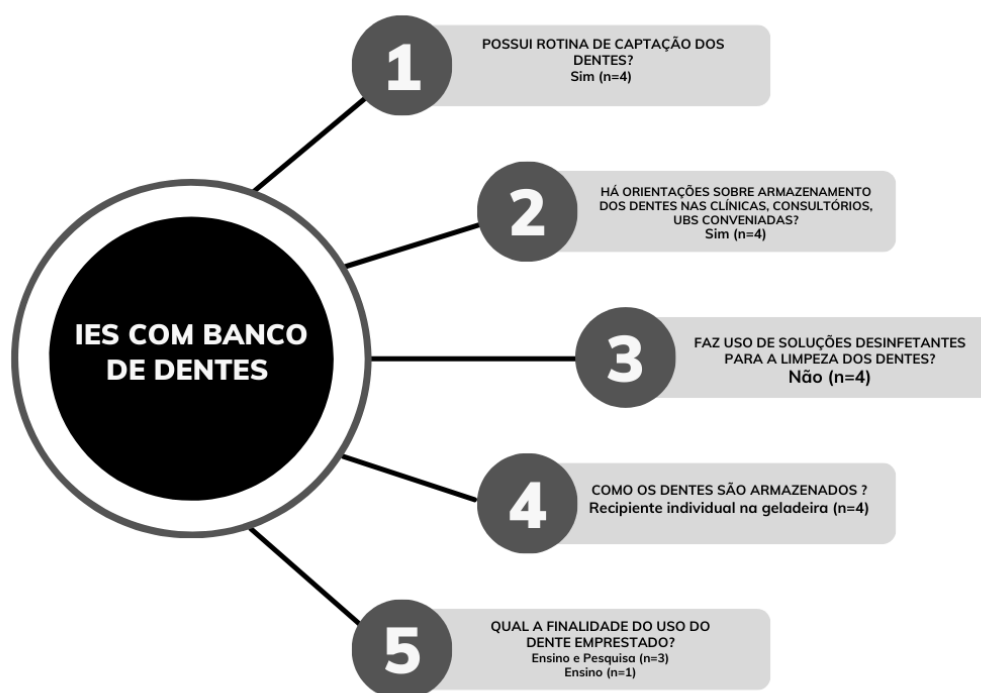


Figura 2- Diagrama representando os dados coletados sobre a procedência, captação, orientações, limpeza, armazenamento e finalidade de uso dos dentes de acordo com cada IES analisada. *n= Indica o número de instituições; UBS: Unidade Básica de Saúde. Fonte: Autoria própria.

Em relação ao manejo e à limpeza dos elementos dentários, todas as IES seguem uma rotina específica para a captação dos dentes. No entanto, nenhuma das faculdades respondentes utiliza substâncias desinfetantes para a limpeza. O principal método de esterilização empregado pelas universidades é a autoclave. Quanto ao armazenamento, todas as universidades (100%) realizam este procedimento em geladeiras próprias. Nesta pesquisa, verificou-se que 3 (75%) instituições utilizam os

elementos dentários para ensino, pesquisa e extensão, enquanto uma (25%) os utiliza estritamente para ensino.

Discussão

A organização do BDH nas faculdades de Odontologia é fundamental devido à frequente necessidade de elementos dentários para o aprendizado acadêmico, o avanço nas descobertas científicas e a redução do comércio ilegal de dentes.⁸ Os resultados desta pesquisa mostram que apenas quatro instituições no estado da Paraíba possuem BDH, evidenciando uma carência significativa desta organização essencial para o aprendizado acadêmico.

O BDH atende às necessidades da graduação e pós-graduação, fornecendo dentes doados de forma livre, esclarecida e totalmente documentada, diminuindo o comércio ilegal e o risco de manuseio de elementos dentários sem origem conhecida.¹² Desta forma, a escassez desta organização nas faculdades impacta diretamente na qualidade do ensino ofertado, pois o BDH fornece dentes naturais para as disciplinas, proporcionando vantagens práticas em comparação com dentes artificiais, por serem mais representativos da realidade em aspectos anatômicos e físicos.^{7,8} Ademais, os BDH viabilizam descobertas científicas, uma vez que pesquisas *in vitro* necessitam de dentes humanos para validar ou testar objetivos específicos propostos pela pesquisa.¹³

O BDH representa uma forma de combater a prática ilegal do comércio de dentes humanos, visando reduzir ou eliminar essa comercialização, prática que pode resultar em pena de reclusão de 3 a 8 anos, conforme estipulado pela Lei nº 9434 de 04 de fevereiro de 1997.¹⁴ Deste modo, a ausência desta organização nas Universidades pode interferir nos princípios éticos e legais, uma vez que os discentes do curso de Odontologia necessitam dos elementos dentários para o andamento de certas disciplinas. Para não se prejudicarem, eles podem recorrer a métodos clandestinos para a obtenção dos dentes, como cemitérios e alunos que promovem a venda dos elementos dentários dentro da própria universidade.¹⁵

Este fato implica em questões de biossegurança, pois os dentes não passam por um processo de limpeza adequado nem são armazenados de acordo com as normas de biossegurança, o que oferece

riscos de contaminação, pois o dente é considerado um órgão contendo material biológico que pode conter patógenos, como o vírus HIV.⁶ Portanto, o manuseio inadequado e a obtenção clandestina representam um risco significativo para a saúde da população. É necessário que a administração e o manuseio dos dentes sejam feitos de maneira segura mantendo sua integridade estrutural através do BDH, conforme preconizado pela CONEP e pelos Comitês de Ética Institucionais.

Por meio deste estudo, constatou-se que apenas o BDH da UFPB foi aprovado pela CONEP, conforme consulta realizada no site do Conselho Nacional de Saúde.¹⁰ Esta comissão é imprescindível, pois tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde, atuando juntamente com o CEP.¹⁶ Desta forma, para conferir credibilidade e segurança, é essencial que as instituições alcancem a aprovação desta comissão.

Outro aspecto diz respeito à procedência dos elementos dentários, que são provenientes de parcerias com clínicas odontológicas, iniciativas de cirurgiões-dentistas, doações voluntárias, hospitais, prefeituras/UBS e clínicas da própria instituição, conforme revelado pelos dados deste estudo. No entanto, alguns impasses logísticos comprometem o pleno funcionamento dos BDH. A falta de colaboração por parte dos responsáveis pelos procedimentos, que deveriam atuar como facilitadores no momento de orientar o paciente sobre a concessão, coletar a assinatura do TCLE e realizar o armazenamento adequado, resulta em muitos dentes sendo descartados inadequadamente.

Devido à rotina movimentada e à falta de compreensão sobre a importância desta ação, muitos profissionais não se atentam a estes detalhes, comprometendo o estoque dos BDHs e limitando sua capacidade de atender à demanda dos solicitantes.¹² Consequentemente, esta situação interfere no desenvolvimento das pesquisas e no progresso acadêmico, impedindo que a Odontologia siga uma vertente fundamentada em evidências científicas. Assim, é vital que as instituições melhorem a logística e conscientizem os profissionais envolvidos sobre a importância da coleta e armazenamento adequados dos dentes, para garantir o sucesso e a eficácia dos BDHs.

Apesar da relevância dos BDHs nas instituições, é válido ressaltar que há uma falha na conscientização dos acadêmicos, dentistas e da população em geral, que ainda não reconhecem o impacto significativo desta organização. Muitos ainda compram, vendem ou descartam dentes inadequadamente, e há poucos BDHs no estado da Paraíba. Nesta perspectiva, é necessário ir além e conscientizar a comunidade, estimulando as doações e sensibilizando profissionais e acadêmicos sobre a importância dos dentes como órgãos essenciais do corpo humano. Para isso, os extensionistas podem atuar como grandes divulgadores destas informações através dos projetos de extensão, realizando campanhas constantes em conjunto com as plataformas digitais.

A falta de resposta das Universidades que receberam o formulário pode ser apontada como uma limitação deste estudo, uma vez que foi necessário reenviá-lo e realizar ligações frequentes. Ademais, outro entrave foi a dificuldade em estabelecer uma comunicação eficaz com as instituições, devido a informações desatualizadas de e-mails, telefones e nomes de coordenadores nos sites. Para estudos futuros, seria pertinente investigar se as conclusões observadas neste estudo são representativas em todo o Brasil.

Conclusão

Existem quatro IES com BDHs na Paraíba. Três utilizam os dentes para ensino, pesquisa e extensão e uma apenas para ensino. Três instituições têm aprovação do CEP e uma da CONEP, e todas utilizam o TCLE. A coleta dos dentes é feita por parcerias com clínicas odontológicas, cirurgiões-dentistas, doações voluntárias, hospitais, UBS, clínicas da própria instituição e com a colaboração de alunos e extensionistas.

Abstract

Human Tooth Banks (HTBs) were established to receive, clean, store and lend teeth, while respecting ethical and legal considerations, aiming to meet the needs of university students and prevent the commercialization of these elements. **Aim:** To conduct a survey and characterization of existing HTBs at both public and private dental schools in the state of Paraíba. **Method:** The survey was conducted online, targeting Higher Education Institutions (HEIs) offering undergraduate degrees in Dentistry. A questionnaire, previously validated in a pilot study, was sent to the coordinators of the Dentistry courses and/or the coordinators of the HTBs to collect data on the existence, functioning and ethical and legal conditions of the HTBs. Data analysis was carried out descriptively. **Results:** In the state of Paraíba, there are 18 HEIs offering dentistry courses, 13 of which responded to the electronic questionnaire between March and May 2024. **Conclusion:** Four institutions have an HTB, representing 30.8% of the sample. Three use the teeth for teaching, research and extension activities. Three institutions have been approved by the Research Ethics Committee and one by CONEP, with all using the Informed Consent Form. The teeth are collected through partnerships with dental clinics, dental surgeons, voluntary donations, hospitals, Basic Health Units, the institution's own clinics, and with the collaboration of students and extension workers.

Keywords: Dentistry; Tissue and Organ Procurement; Tooth

Referências

1. Louzada LN, Jorge RC, Silva KS, Pacífico RSL, Dantas FFP, Novaes SEA, et al. Banco de Dentes Humanos: ética a serviço do ensino e da pesquisa-a experiência da Faculdade de Odontologia da UERJ. *Interagir* [internet]. 2015. [citado 3 jul 2024]; 20: 67-79. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/article/view/21857>.
2. Felipe FF, Greise BMC, Jank Júnior N, Costa AJ. Aspectos éticos da obtenção de dentes por estudantes de uma graduação em Odontologia. *Rev Bioética*. [internet]. 2014. [citado 3 jul 2024]; 22(1): 171-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/dkWrdbtmHdKShyxJSYLLQQ/?format=pdf&lang=pt>.
3. Endo SG, Silva IRG, Silva MC, Terada RSS, Rocha NB. A importância do banco de dentes humanos: relato de experiência. *Arch Health Invest* [Internet]. 2017 [citado 17 jul 2024]; 6(10). Disponível em: <https://archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/2234>.
4. Pereira DQ. Banco de dentes humanos no Brasil: revisão de literatura. *Rev Abeno* [Internet]. 2012. [citado 21 jun 2024]; 12(2):178-84. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/pdf/abeno/v12n2/a07v12n2.pdf>.
5. Medeiros MC, Costa ICC, Silva EM, Silva LCA, Santos DA, Paiva DFF. Conhecimento de docentes e discentes de um curso de Odontologia sobre os aspectos legais que envolvem a utilização de dentes humanos extraídos. *Rev ABENO* [Internet]. 2020 [citado 17 jul 2024]; 20(1): 13-25. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/859>.
6. Hoek VL, Boom R, Goudsmit J, Snijders F, Sol JA. Isolation of Human Immunodeficiency Virus Type 1 (HIV-1) RNA from Feces by a Simple Method and Difference between HIV-1 Subpopulations in Feces and Serum. *Journal of clinical microbiology* [Internet]. 1995 [citado 17 jul 2024]; 33(1): 581-588. Disponível em: <https://journals.asm.org/doi/epdf/10.1128/jcm.33.3.581-588.1995>.

7. Sudani AL, Basudan OS. . Students perceptions of pre-clinical endodontic training with artificial teeth compared to extracted human teeth. Eur J Dent Educ [Internet]. 2016 [citado 17 jul 2024]; 21(4): 72-75. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/eje.12223>.
8. Cadilho JCR, Silva OW, Alves FRF. Implantation, functioning and relevance of the human teeth bank for teaching and research in Dentistry: general provisions. Research, Society and Development [Internet]. 2022. [citado 08 jun 2024]; 11(10): 1-8. Disponível em: <file:///C:/Users/Quezia%20Nunes/Downloads/32753-Article-369106-1-10-20220801.pdf>.
9. Marconi MA, Lakatos EM. Fundamentos de metodologia científica. 8ª ed. São Paulo: Atlas: 2017.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Biobancos para fins de pesquisa aprovados pelo sistema CEP/CONEP. [S.l.]: Ministério da Saúde: CEP/CONEP; 2023 dez 20. Atualizado em 2023 dez 20. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/BIOBANCOS/Biobancos_Aprovados_pela_Conep_-_Atualizado_em_20_12_2023.PDF. Acesso em: 2024 jul 03.
11. Brasil. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. [S.l.]: Ministério da Educação; 2017 dez 21. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 15 jul. 2024.
12. Moreira L, Genari B, Stello R, Collares MF, Samuel SMW. Banco de Dentes Humanos para o Ensino e Pesquisa Odontológica. Rev. Fac. Odontol [Internet]. 2009. [acesso em: 08 jun 2024]; 12(4): 34-37. Disponível em: file:///C:/Users/Quezia%20Nunes/Downloads/Banco_de_dentes_humanos_para_o_ensino_e_pesquisa_e.pdf.
13. Monga P, Sharma V, Kumar S. Comparison of fracture resistance of endodontically treated teeth using different coronal restorative materials: An *in vitro* study. Journal of Conservative Dentistry [Internet]. 2009. [citado 12 jun 2024]; 12(4): 154-159. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2879728/#abstract-a.f.b.ptitle>.
14. Brasil. Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, (1997). Diário Oficial da União 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9434.htm#:~:text=Comprar%20ou%20vender%20tecidos%2C%20%C3%B3rg%C3%A3os,qualquer%20vantagem%20com%20a%20transa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 jun. 2024.
15. Pinto L, Silva SP, Barros LM, Tavares P, Silva BOR, Freitas AD et al. Conhecimento Popular, Acadêmico e Profissional sobre o Banco de Dentes Humanos. Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada [Internet]. 2009. [citado 21 jun 2024]; 9(1): 101-106. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/637/63712848016.pdf>.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Ética em pesquisa (CONEP). Brasília: CONEP, 24 mai.2001. Atualizado em 06 jun.2001. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/comissao/eticapesq_2.htm. Acesso em: 21 jul. 2024

Endereço para correspondência:

Dayane Franco Barros Manguiera Leite
Departamento de Odontologia Restauradora
Centro de Ciências da Saúde
Universidade Federal da Paraíba- Campus I
Cidade Universitária- João Pessoa- Paraíba-Brasil
CEP: 58051-900
Telefone: 3216 7250
E-mail: dayane.manguiera@academico.ufpb.br

Recebido em: 31/07/2024. Aceito: 20/10/2024.